



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho



revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 17, n. 7, art. 5, p. 89-113, jul. 2020

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2020.17.7.5>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



No Brasil, Conservadorismo Contábil Ainda é Discutido?

In Brazil, Accounting Conservatism is Still Discussed?

Tadeu Junior de Castro Gonçalves

Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Pará
E-mail: tadeujunior@ufrn.edu.br

Anderson Roberto Pires e Silva

Doutor em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN)
E-mail: andersonpires@hotmail.com

Cássia Marcelle Dias Pinho

Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Pará
E-mail: cassiapinho@ufrn.edu.br

Alessandro Henrique de Araújo Januário

Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: alessandrohenrique@ufrn.edu.br

Endereço: Tadeu Junior de Castro Gonçalves
Avenida Senador Salgado Filho, Lagoa Nova. CEP:
59078-970. Natal/RN. Brasil.

Endereço: Anderson Roberto Pires e Silva
Rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá. CEP: 66075-110.
Belém/PA, Brasil.

Endereço: Cássia Marcelle Dias Pinho
Avenida Senador Salgado Filho, Lagoa Nova. CEP:
59078-970. Natal/RN. Brasil.

Endereço: Alessandro Henrique de Araújo Januário
Avenida Senador Salgado Filho, Lagoa Nova. CEP:
59078-970. Natal/RN. Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 17/03/2020. Última versão
recebida em 07/04/2020. Aprovado em 08/04/2020.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Parte-se do pressuposto que a revisão de literatura é fundamental para qualquer pesquisa, assim, o presente estudo tem por objetivo analisar as discussões de artigos dos periódicos científicos brasileiros referentes à temática conservadorismo contábil no período de 2007 a 2018. Nesse sentido, realizou-se uma revisão bibliográfica sistemática com complemento de análise bibliométrica dos periódicos encontrados. Quanto aos resultados, permite-se concluir que, no Brasil, conservadorismo contábil ainda é discutido, e que o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade alavancou as discussões. Em adição, é válido ressaltar que a discussão do conservadorismo contábil e sua relação com as normas internacionais são recentes e que a temática e questionamentos não se encerraram com a retirada do conservadorismo da estrutura conceitual. No tocante à relevância, acredita-se que estudos deste tipo auxiliam a academia a analisar e refletir em relação às suas produções, nesse caso, refletir sobre o conservadorismo contábil, uma temática retirada da estrutura conceitual contábil adotada no Brasil, mas que ainda se faz presente na produção científica brasileira. Como contribuições, é possível destacar que a temática em discussão não foi esquecida por pesquisadores da área contábil. Outro ponto a considerar são os achados das pesquisas até 2018, em que, ora evidenciam benefícios da utilização das normas internacionais na qualidade da informação contábil, ora evidenciam insignificância, fato este que vai de encontro com os objetivos das normas internacionais e a qualidade das informações contábeis, o que evidencia uma temática repleta de inquietações e ambiente oportuno para novas discussões.

Palavras-chave: Conservadorismo Contábil. Revisão Bibliográfica de Literatura. Normas Internacionais de Contabilidade. Publicações Periódicas.

ABSTRACT

It is assumed that the literature review is fundamental for any research, thus, the present study aims to analyze the discussions of articles of Brazilian scientific journals referring to the theme accounting conservatism in the from 2007 to 2018. In this sense, a systematic bibliographic review was carried out with a complement of bibliometric analysis of the journals found. As for the results, it allows us to conclude that, in Brazil, accounting conservatism is still discussed, and that the process of convergence to international accounting standards has leveraged the discussions. In addition, it is worth mentioning that the discussion of accounting conservatism and its relationship with international norms are recent and that the theme and questions were not ended with the removal of conservatism from the conceptual structure. Regarding the relevance, it is believed that studies of this type help the academy to analyze and reflect in relation to its productions, in this case, reflect on accounting conservatism, a theme taken from the accounting conceptual structure adopted in Brazil but that is still present in brazilian scientific production. As contributions, it is possible to highlight that the theme under discussion was not forgotten by researchers in the accounting area. Another point to consider is the findings of the surveys up to 2018, where they sometimes show benefits from the use of international standards in the quality of accounting information, sometimes they show insignificance, a fact that confronts the objectives of international standards and the quality of accounting information, which highlights a theme full of concerns and an opportune environment for further discussions.

Keywords: Accounting Conservatism. Bibliographic Review of Literature. International Accounting Standards. Periodical Publications.

1 INTRODUÇÃO

Ao decorrer dos anos, normas emitidas por órgãos responsáveis pela internacionalização da contabilidade foram adotadas por diversos países a partir de 2005, como é o caso dos países europeus, nos quais as normas internacionais foram exigidas nas demonstrações financeiras consolidadas de todas as empresas com cotação em bolsa de qualquer ente federado da União Europeia (LOURENÇO; BRANCO, 2015).

No Brasil, o processo de adoção das normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) decorreu da promulgação da Lei nº 11.639/07, dando início ao processo de convergência das normas nacionais para as normas internacionais de contabilidade durante o período de 2008 até 2010. Lourenço e Branco (2015) discorrem que o ano de 2010 foi um marco importante no processo de adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) em nível mundial, com a adoção obrigatória no Brasil.

Dentre os objetivos das IFRS emitidas pelo IASB, estão o aumento da comparabilidade internacional e a qualidade da informação financeira, transparência, responsabilidade e eficiência aos mercados. Tais objetivos são possíveis de alcançar se os princípios normativos forem praticados e, cumprindo-se tais objetivos, obtém-se por consequência maior qualidade da informação contábil (IFRS, 2017).

A qualidade da informação contábil só é atingida quando a informação possuir características como relevância e representação fidedigna, comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade; além de outras características amplamente discutidas por pesquisadores como a prudência ou conservadorismo contábil (CPC 00, 2008).

No ano de 2011, com a aprovação da revisão do pronunciamento conceitual básico da contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por meio do CPC 00 - R1 retirou a característica prudência (conservadorismo) como aspecto da representação fidedigna, justificando que essa característica é inconsistente com a neutralidade.

Nessa linha de pensamento, observa-se que o conservadorismo foi alvo de diversos estudos, tanto em âmbito internacional (BASU, 1997; BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000; BALL; SHIVAKUMAR, 2005; BALL; ROBIN; SADKA, 2008), quanto em âmbito nacional (COELHO; LIMA, 2008; PAULO ANTUNES; FORMIGONI, 2008; SILVA, 2015; SOUSA; SOUSA; DEMONIER, 2016).

Pelas razões expostas sobre o processo de adoção das normas internacionais e levando em consideração a ampla discussão referente à temática conservadorismo, o presente estudo

apresenta a seguinte questão: **como se encontram as discussões de artigos dos periódicos científicos brasileiros referentes à temática conservadorismo contábil durante o processo de adoção e consolidação das normas internacionais de contabilidade?** Dessa forma, o estudo tem por objetivo analisar as discussões de artigos dos periódicos científicos brasileiros referentes à temática conservadorismo contábil no período de 2007 a 2018.

Quanto à relevância, Melo e Andreassi (2010) discorrem que estudos deste tipo são conhecidos como meta-análises, pois vão além de um estudo bibliométrico, gerando expectativas de contribuições para a evolução das pesquisas ao proporcionar informações acerca de determinado estudo. Assim, a revisão de literatura é fundamental para qualquer pesquisa e os resultados dessas, principalmente no contexto da pós-graduação *stricto sensu* deve-se ressaltar a contribuição teórica dos trabalhos que já foram desenvolvidos (ALBACH; MEDEIROS, 2020).

No tocante à relevância do tema conservadorismo contábil, evidencia-se que, apesar de estudos utilizando bibliometria para análise não serem raros, diversos assuntos não possuem registros quanto a este tipo de abordagem. Neste caso, ao analisar-se a temática em questão, não foram encontrados registros no Brasil, logo a abordagem utilizada neste estudo possui caráter de ineditismo (MELO; ANDREASSI, 2010).

No que tange aos estudos anteriores, destaca-se a pesquisa realizada por Amaral, Riccio e Sakata (2012) cujo título é “Conservadorismo contábil ainda é discutido?”, em que tiveram por objetivo conhecer alguns aspectos da produção científica internacional do conservadorismo contábil, compreendendo o período de 1992 a 2010. Os autores concluem que as discussões do tema são restauradas de forma acentuada com o surgimento do conservadorismo condicional.

O presente estudo se diferencia ao contribuir com a temática abordada dando ênfase na análise dos artigos de periódicos científicos nacionais, assim como se diferencia pelo recorte temporal, sendo este relacionado ao período (antes, durante e após) do processo de convergência às normas internacionais, no qual evidencia-se o período da aprovação da Lei nº 11.638 de 2007 que consistiu na adoção das IFRS e sua estrutura conceitual, a aprovação da revisão da estrutura conceitual em 2011 e a retirada da característica prudência/conservadorismo.

Outra contribuição do estudo está na realização da análise do que vem sendo discutido na literatura, não se limitando apenas na frequência de dados numéricos ou estudos somente bibliométricos, logo evidencia-se áreas de concentração das pesquisas, assim como tendências. Por fim, acredita-se que o estudo proporcionará no âmbito acadêmico uma

reflexão sobre conservadorismo contábil a partir da revisão bibliográfica de artigos científicos brasileiros após a adoção das normas internacionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção é tratado o conceito de conservadorismo contábil que ora é visto como uma característica essencial dos relatórios financeiros, ora é contrariado pelos formuladores de padrões (HSIEH; MA; NOVOSELOV, 2018), suas classificações na visão de diversos autores (BASU, 1997; BALL; SHIVAKUMAR, 2005), assim como suas opiniões a respeito da aplicação deste princípio. Outro elemento teórico que norteia este estudo está relacionado ao processo de adoção das normas internacionais de contabilidade baseadas em IFRS e o processo de convergência destas normas por meio dos pronunciamentos contábeis no Brasil.

2.1 Conservadorismo contábil

O conservadorismo contábil ou prudência trata-se de uma das principais características da informação contábil, conseqüentemente, esta característica encontra-se inserida em diversas estruturas conceituais de contabilidade (PAULO; ANTUNES; FORMIGONI, 2008). Santos, Lima, Freitas e Lima (2011) descrevem o conservadorismo como o procedimento contábil de se escolher, dentre mais de uma maneira igualmente válida e economicamente viável, o registro de eventos econômicos que demonstre o menor valor para o patrimônio líquido de uma entidade, ou seja, o foco central está em virtude da antecipação do reconhecimento de perdas.

A definição de conservadorismo denota divergência, mas o entendimento de seu conceito fundamental não é consideravelmente diferente entre os pesquisadores (SHIN; HONG, 2020). Entende-se por conservadorismo contábil como o reconhecimento enviesado de más notícias mais rapidamente do que as boas notícias (BASU, 1997; BALL; SHIVAKUMAR,; 2004; CAMPOS *et al.*, 2010; SILVA, 2015). Paulo, Antunes e Formigoni (2008) sintetizam o conservadorismo como uma prática de reconhecimento assimétrico que privilegia o critério contábil com menor ganho ativo/receita ou maior passivo/despesa. Nesse sentido, quando não há assimetria informacional, não se tem comportamento conservador.

Aprofundando-se na temática abordada, o conservadorismo contábil é identificado em dois tipos, sendo eles o conservadorismo condicional e o incondicional (SOUSA; SOUSA; DEMONIER, 2016). O motivo pelo qual existem dois tipos de conservadorismo (condicional

e incondicional), segundo Silva (2015), reside no fato de o primeiro utilizar e revelar informações que serão recebidas em períodos futuros, divergindo do segundo no qual utiliza-se apenas informações no início da vida do ativo. Ambos os conceitos são esclarecidos nos parágrafos seguintes.

O conservadorismo condicional, ou conservadorismo econômico, teve sua origem em Basu (1997) (LOBO; ROBIN; WU, 2020) e está relacionado com a tendência da contabilidade em exigir um maior grau de verificação de boas notícias “*good news*” para reconhecê-las no resultado em relação ao grau de verificação de más notícias “*bad news*”, logo, o conservadorismo condicional está relacionado ao reconhecimento oportuno das perdas econômicas no resultado contábil (BASU, 1997; WATTS, 2003; COELHO, 2007; SOUSA; SOUSA; DEMONIER, 2016). Coelho (2007) destaca que esta forma equivale a reconhecer fatos econômicos na contabilidade com oportunidade de maneira assimétrica, privilegiando os indícios de resultados negativos.

Quanto ao conservadorismo incondicional ou conservadorismo de balanço, Coelho (2007) discorre que entre duas alternativas de mensuração e reconhecimento de eventos igualmente válidas, deve-se escolher aquela que resulte na menor avaliação do patrimônio dos proprietários. Ball e Shivakumar (2005) discorrem que o conservadorismo incondicional se trata de uma resposta assimétrica à incerteza, pois, diante de uma variedade de valores possíveis, seleciona-se aquele de menor valor. Tal fenômeno consiste em subestimar sistematicamente o valor contábil dos ativos líquidos em relação ao seu valor econômico, independentemente de qualquer notícia (SILVA, 2015).

Paulo, Antunes e Formigoni (2008) comentam sobre o efeito do comportamento conservador na contabilidade. Os autores discorrem sobre a não existência de um consenso acerca da verdadeira utilidade proporcionada por essa prática. Silva (2015) descreve que, dependendo do seu objetivo, o conservadorismo pode ser sinônimo de qualidade ou não qualidade da informação contábil, assim, sua aplicação sofre algumas críticas. Evidencia-se a diversidade de motivos (contratos, investimentos, tributação, sistema regulatório, controle e outros) para o estudo do conservadorismo, estejam eles apresentando vantagens ou desvantagens, existência ou não do comportamento conservador nas companhias, qualidade informacional e outros.

Paulo, Antunes e Formigoni (2008) comentam que o conservadorismo está fortemente vinculado às relações contratuais entre a firma e seus credores, pois se considera o conservadorismo como um mecanismo eficiente na determinação dos parâmetros contratuais. Tal lógica é evidenciada por Watts (2003) quando comenta que o conservadorismo eleva o

valor da firma porque restringe o comportamento oportunístico dos administradores em benefício próprio ou de outros interessados.

Com relação ao conservadorismo voltado para o investidor, Santiago, Cavalcante e Paulo (2015) discorrem que um aumento no conservadorismo resulta em maior qualidade da informação contábil, pois, no momento em que não se evidenciam falsas expectativas, não haveria riscos de se comprometer no processo de tomada de decisão. Contrapondo a ideia anterior, Hendriksen e Van Breda (2009) criticam o uso de práticas conservadoras. Os autores discorrem sobre a não uniformidade para a sua utilização nos números contábeis, pois, por prejudicar a comparabilidade, trata-se de uma característica pessimista quanto à divulgação das informações financeiras (SILVA, 2015).

Por fim, Lobo, Robin e Wu (2020) consolidam o raciocínio ao defenderem que o conservadorismo é visto como um mecanismo para conter o oportunismo gerencial nos relatórios com a finalidade de resolver o problema da agência entre *insiders* e investidores externos.

São diversas as discussões que envolvem a temática abordada. Apesar de o conservadorismo estar inserido em diversas estruturas conceituais, no Brasil evidenciam-se diversas alterações temporais da estrutura conceitual. Tais alterações foram ocasionadas em virtude da adoção de normas internacionais e da retirada do conservadorismo da estrutura conceitual.

2.2 Convergência às normas internacionais e conservadorismo no Brasil

No cenário brasileiro, evidenciam-se importantes modificações (processo de convergência contábil e suas etapas de adoção e revisão da estrutura conceitual) nas normas de contabilidade. Tais modificações fomentaram uma base para diversas discussões envolvendo a utilização do conservadorismo contábil nas entidades, sejam elas instituições financeiras, empresas de pequeno porte, entre outras.

No entanto, as discussões tendem a ter maior expressão principalmente em companhias de capital aberto, cujas normas internacionais emitidas pelos pronunciamentos contábeis tornaram-se obrigatórias no ano de 2008 (MARTINS *et al.*, 2014). Até 2011 o conservadorismo, no Brasil, manifestava-se nas convenções contábeis, nos princípios fundamentais de contabilidade (conforme o Conselho Federal de Contabilidade – CFC) e nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CAMPOS; SARLO NETO; ALMEIDA, 2010).

A promulgação da Lei nº 11.638/07 promoveu diversas alterações na Lei nº 6.404/76, cujas alterações foram realizadas com o objetivo de adequar os padrões contábeis nacionais aos padrões internacionais. Em conjunto com a lei supracitada, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por meio da Instrução Normativa nº 457/07 complementa o regramento acerca da questão da publicação de demonstrações contábeis consolidadas por todas as companhias de capital aberto de acordo com as normas internacionais de contabilidade (FILIPIN, et al., 2012).

Filipin, Teixeira, Bezerra e Cunha (2012) afirmam que essas duas fases de transição resultaram em três conjuntos normativos, sendo: as antigas normas contábeis brasileiras, obtidas através da Lei nº 6.404/76; as normas da primeira fase de transição para IFRS (Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos do CPC de números 01 a 14) e a adoção completa das normas (*full IFRS*).

Em relação às justificativas para se implementar as normas internacionais de contabilidade no Brasil, Silva (2015) discorre que esta necessidade se deu em virtude da globalização da economia, no qual ocasionou quebra das barreiras alfandegárias entre continentes e nações, o que provocou a internacionalização dos negócios, a aceleração da abertura de capital das companhias e o fortalecimento do mercado acionário a nível global. Logo, este contexto provocou a necessidade de uma linguagem contábil comum entre os negócios, objetivando assim uma melhoria na qualidade das informações contábeis.

No Brasil, este processo foi realizado por meio da interpretação de pronunciamentos contábeis e adequação às características nacionais. De acordo com Martins, Oliveira, Niyama e Diniz (2014) essas mudanças normativas e legais acabaram modificando muitas práticas contábeis, tais como: mudanças na mensuração de instrumentos financeiros; ativos intangíveis; mudanças de avaliação de investimentos e outros. Sendo assim, evidencia suscetíveis impactos na qualidade da informação contábil.

Quanto ao processo de implementação das normas internacionais baseadas em IFRS no Brasil, estas são classificadas em três etapas, sendo: aprovação da Lei nº 11.638/07 e a adoção das normas de forma facultativa a partir de 2008, adoção de forma obrigatória no ano de 2010 e a consolidação das normas nos anos seguintes (Martins *et al.*, 2014; Silva, 2015).

Martins, Oliveira, Niyama e Diniz (2014) evidenciaram as etapas do processo de implementação das normas internacionais conforme a seguinte figura 1:

Figura 1 – Processo de implementação das normas internacionais de contabilidade.



Fonte. Adaptado de Martins *et al.* (2014).

No ano de 2011, com a revisão da estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis – CPC 00, emitida pelo comitê de pronunciamentos contábeis, a característica prudência (conservadorismo) foi retirada, pois foi considerada inconsistente com a neutralidade. Ressalta-se na seção seguinte os estudos citados nas seções anteriores, complementados por outros achados que possuem relevância no contexto da temática abordada.

2.3 Conservadorismo contábil em estudos anteriores

Diversos autores têm pesquisado a temática conservadorismo contábil tanto em âmbito internacional (BASU, 1997; BALL; SHIVAKUMAR, 2004), quanto nacional (COELHO; LIMA, 2008; SANTIAGO; CAVALCANTE; PAULO, 2015; SOUSA; SOUSA; DEMONIER, 2016).

As discussões teóricas e empíricas são unânimes em apontar o estudo de Basu (1997) como uma das principais referências que deram base para outros estudos, nacionais e internacionais (SILVA, 2015). O modelo de componentes transitórios do lucro de Basu (1997) que testa se os retornos econômicos refletem as más notícias mais rapidamente que as boas notícias, é amplamente utilizado por pesquisadores para verificar a presença de conservadorismo nas demonstrações contábeis (AMARAL; RICCIO; SAKATA, 2012). Logo, observa-se a relevância dos achados de Basu (1997) para a temática em estudo.

No mesmo segmento, Silva (2015) discorre que, a partir do modelo de Basu (1997), criaram-se outros modelos para testar empiricamente a prática do conservadorismo contábil nas demonstrações financeiras, como é o caso do modelo de apropriações contábeis e fluxo de caixa desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005).

Amaral, Riccio e Sakata (2012) complementam que a ideia apresentada por Basu (1997) foi posteriormente consagrada por Ball e Shivakumar (2005). Os autores desenvolveram um modelo que utiliza como variáveis a variação do lucro líquido dividida pelo valor do ativo total no início do período, permitindo identificar o nível de

conservadorismo por meio da reversão dos resultados. Nesse sentido, evidencia-se a importância desses autores para a discussão proposta.

No Brasil, Coelho e Lima (2008) tiveram por objetivo avaliar a presença de conservadorismo nos resultados apresentados nas demonstrações contábeis publicadas no Brasil pelas sociedades por ação no período de 1995 a 2004. Utilizando os modelos propostos por Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005), os autores concluíram que as empresas da amostra não praticam o conservadorismo condicional, embora tenha-se constatado a reversão dos componentes transitórios do lucro em maior magnitude no caso de variações negativas do lucro antecedente.

Santiago, Cavalcante e Paulo (2015) verificaram se a qualidade da informação contábil das empresas de capital aberto do setor de construção no Brasil sofreu mudanças após o enquadramento do Brasil no processo de convergência contábil internacional. Os resultados da pesquisa evidenciaram a presença de conservadorismo antes da adoção das normas internacionais de contabilidade e, após a adoção das IFRS, não houve achados.

Sousa, Sousa e Demonier (2016), por exemplo, tiveram por objetivo investigar o efeito das IFRS no grau de conservadorismo condicional nas demonstrações contábeis das empresas listadas na B3. Os autores indicaram que os resultados encontrados não evidenciaram alteração no grau de conservadorismo condicional nos demonstrativos financeiros divulgados no período de adoção obrigatória das normas internacionais.

No entanto, os autores discorrem que, quando a análise foi realizada pelo modelo de Ball e Shivakumar (2005), notou-se que, antes da adoção, e no período da primeira fase da convergência às normas internacionais, foram encontradas evidências de práticas conservadoras e um aumento do grau de conservadorismo a partir de 2008 com a adoção dos primeiros 14 CPC's.

Diante do exposto, considera-se que os resultados das pesquisas anteriores são conflitantes (Lobo, Robin, & Wu, 2020), pois evidenciaram resultados divergentes a respeito da aplicação do conservadorismo contábil no Brasil. Assim, constata-se, antecipadamente, que as discussões no Brasil possuem ora convergências ora divergências. Contudo, as conclusões serão consolidadas após os achados do presente estudo nos tópicos posteriores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo proposto, o presente estudo é caracterizado como exploratório e descritivo, com enfoque qualitativo. Trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática de

literatura em artigos científicos brasileiros classificados no Qualis/CAPES “A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C”, compreendendo os anos de 2007 a 2018.

O universo do estudo compreende todos os periódicos brasileiros classificados na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo no Qualis/CAPES (Quadriênio 2013-2016). Por sua vez, a amostra compreende os periódicos específicos da área de Ciências Contábeis e Administração que publicaram estudos referentes a temática conservadorismo contábil. Nesse sentido, foi realizada pesquisa em todas as revistas através de títulos de artigos, resumos e palavras-chave.

3.1 Coleta, tratamento e análise dos dados

A revisão sistemática trata-se de uma revisão planejada para responder a uma pergunta e faz uso de métodos explícitos e sistemáticos no qual visa identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos (CASTRO, 2001). De acordo com Albach e Medeiros (2020) a pesquisa bibliográfica realizada dessa forma permite que outros pesquisadores façam uso dos resultados com maior confiabilidade, pois não é tendenciosa e denota relevância acadêmica. Como citado anteriormente, empregou-se no estudo técnicas bibliométricas para discutir os resultados. Serra, Ferreira, Guerrazzi e Scaciotta (2018) comentam que estudos bibliométricos são usados na avaliação de temas e fenômenos a partir do conhecimento acumulado.

A revisão bibliográfica sistemática surgiu através da seguinte questão: como se encontram as discussões de artigos dos periódicos científicos brasileiros referentes à temática conservadorismo contábil durante o processo de adoção e consolidação das normas internacionais de contabilidade? Para responder a tal questão, a fase da revisão bibliográfica sistemática constou de buscas a partir das palavras-chave “*conservadorismo contábil*” e “*conservadorismo*”.

Após a triagem, surgiram termos complementares como: conservadorismo condicional, conservadorismo incondicional, índices de conservadorismo e outros. Assim como Amaral, Riccio e Sakata (2012), ressalta-se que não se optou pelo conservadorismo como tema principal do estudo, mas deveria estar em seu tópico como assunto importante no contexto em questão. Com isso, justifica-se a busca em periódicos das áreas de Ciências Contábeis e Administração. Este procedimento fez com que artigos que continham a palavra conservadorismo e não condiziam com o tema fossem eliminados da amostra.

Referente à coleta de dados, definiram-se os periódicos de acordo com a classificação Qualis/CAPES, sendo que primeiro fez-se o *download* dos periódicos classificados na

plataforma Sucupira e depois selecionaram-se periódicos da área de Ciências Contábeis e Administração. Posteriormente, fez-se a busca de forma individualizada nos sítios eletrônicos dos periódicos. A busca dos termos *conservadorismo contábil* e *conservadorismo* foi realizada por meio das ferramentas de busca, no qual, permitiu resgatar todos os artigos de periódicos científicos brasileiros que continham o termo de interesse. Após as buscas, os artigos foram tabelados em planilha eletrônica.

Para auxílio da análise, utilizou-se o *software* ATLAS.ti®. Dentre suas funcionalidades, está a possibilidade de construir estados da arte; análise multimídia de imagens, áudios e vídeos; análise de *surveys*; codificação de base de dados (SILVA JUNIOR; LEÃO, 2018). Para este estudo, foram utilizadas as codificações de base de dados e categorização através da função “grupo de redes”.

Para esta análise, a amostra foi categorizada em três momentos, justificados pelo período do processo de convergência das normas internacionais de contabilidade no Brasil, sendo: pré-adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil (2007), adoção parcial (2008 a 2009) e adoção obrigatória das normas, compreendendo o período inicial de 2010 até o último ano da amostra do estudo. A partir do que se vem discutindo, foi possível identificar de forma clara e objetiva o que tem sido produzido no âmbito da temática estudada.

Os itens de observação para o presente estudo são: “*o que se pesquisa sobre conservadorismo contábil?*”; “*o foco dessas pesquisas tem mudado ao decorrer dos anos?*”; “*há tendências?*”. Para melhor entendimento, apresenta-se o desenho do estudo na Tabela 1, adaptada de Nascimento, Pereira e Toledo Filho (2010).

Tabela 1 – Desenho da pesquisa

1ª ETAPA
Pergunta de pesquisa: como se encontram as discussões de artigos dos periódicos científicos brasileiros referentes à temática conservadorismo contábil durante o processo de adoção e consolidação das normas internacionais de contabilidade?
Objetivo geral: analisar as discussões de artigos dos periódicos científicos brasileiros referentes a temática conservadorismo contábil no período de 2007 a 2018.
2ª ETAPA
Busca do universo: artigos científicos da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, listados em periódicos brasileiros com classificação Qualis/CAPES A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.
Critério de busca: periódicos especificamente da área de Ciências Contábeis e Administração.
Critério de busca das terminologias: terminologias localizadas no título, resumo e palavras-chave.

3ª ETAPA

Terminologias buscadas: conservadorismo contábil e conservadorismo.

Período de busca: 2007 a 2018.

Amostra: 68 publicações.

4ª ETAPA

Pesquisa bibliográfica: revisão bibliográfica sistemática com auxílio do *software* ATLAS.ti®.

Análise dos resultados: buscando atender aos objetivos da pesquisa.

Fonte. Adaptado de Nascimento, Pereira e Toledo Filho (2010).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dividiu-se a apresentação dos resultados em duas etapas, sendo primeiramente evidenciados os resultados gerais obtidos por meio da análise bibliométrica e sua relação com as variações nas normas brasileiras de contabilidade e posteriormente a análise das áreas de discussões das pesquisas.

4.1 Primeira etapa: análises bibliométricas

- Distribuição dos periódicos da amostra

A Tabela 2 apresenta os periódicos que publicaram artigos durante o período de análise do estudo, sua classificação Qualis/CAPES e a quantidade de publicações destas.

Tabela 2 – Distribuição dos periódicos que compõem a amostra

	Periódicos	Classificação <i>Qualis/CAPES</i>	Número de artigos
1	Revista Contabilidade & Finanças - USP	A2	1
			3
2	Revista Contabilidade Vista & Revista	A2	2
3	Revista Brasileira de Gestão e Negócios	A2	2
4	Revista de Administração Contemporânea	A2	1
5	Revista Universo Contábil	A2	7
6	<i>Brazilian Business Review</i>	A2	3
7	Revista de Contabilidade e Organizações	A2	2
8	<i>ASAA – Advances in Scientific and Applied Accounting</i>	A2	5
9	Revista Contemporânea de Contabilidade	A2	1
10	Contabilidade, Gestão e Governança	B1	2
11	Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS	B1	2
12	Revista de Administração - Mackenzie	B1	2
13	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	B1	3
14	Revista Enfoque: Reflexão Contábil	B1	6

15	Revista Contabilidade, Gestão e Governança	B1	1
16	Revista Eletrônica de Administração	B1	1
17	Pensar Contábil	B2	1
18	Sociedade, Contabilidade e Gestão	B2	2
19	Revista de contabilidade do Mestrado da UERJ	B2	1
20	Revista Evidenciação Contábil & Finanças	B3	1
21	Revista Ambiente Contábil	B3	2
22	Revista de Contabilidade e Controladoria	B3	4
23	Revista UNEMAT de Contabilidade	B4	1
24	ConTexto	B4	1
25	Revista de Contabilidade da UFBA	B4	1
26	Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI	B4	1
Total de Publicações			6
			8

Fonte. Elaborado pelos autores.

Foram encontradas 68 publicações em 26 revistas brasileiras, cabendo salientar que, apesar de terem sido pesquisadas publicações em periódicos com classificação B5 e C no Qualis/CAPES, não foram encontradas publicações sobre a temática pesquisada. Das 68 publicações, 36 delas são encontradas em periódicos com classificação A2, o que representa 52,94% da amostra.

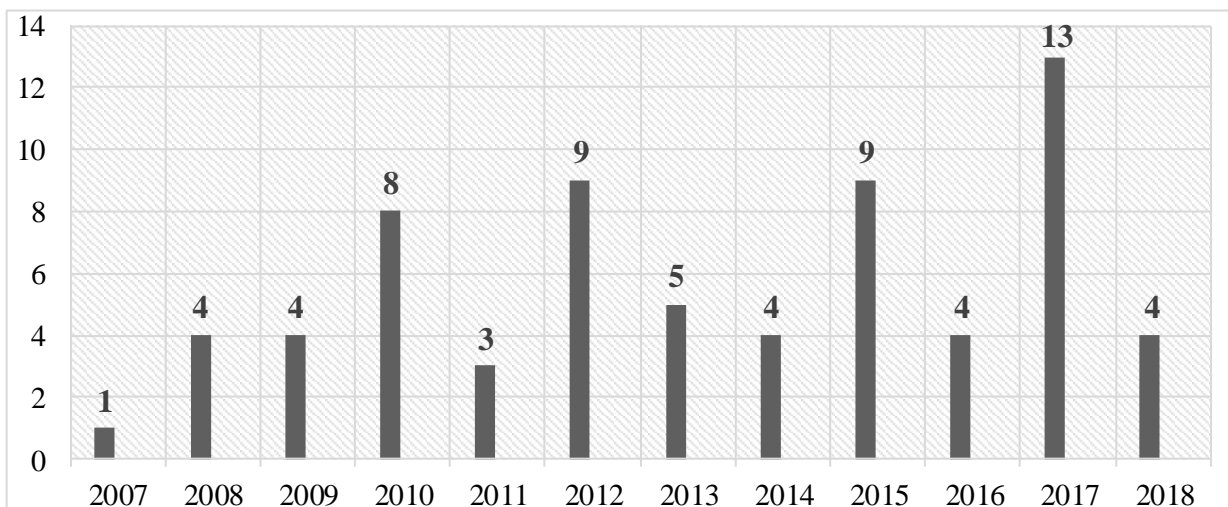
Para periódicos B1, foram encontradas 17 publicações, representando 25% da amostra. Para periódicos B2, foram encontradas 4 publicações, para B3 encontrou-se 7 e para B4 encontrou-se 4 publicações, representando, respectivamente, 5,88%, 10,30% e 5,88%.

Observa-se que as publicações em revistas com Qualis/CAPES mais elevadas são as que possuem maior quantidade de produções de artigos científicos brasileiros que, em tese, possuem maior fator de impacto, logo, seus achados possuem maior representatividade para a discussão referente à temática.

- Análises da distribuição anual de publicações do período amostral

Para o período amostral compreendendo os anos de 2007 a 2018, constatou-se que em todos os anos foram encontradas publicações referentes à temática conservadorismo contábil.

Figura 2 -I Distribuição anual de publicações do período amostral.



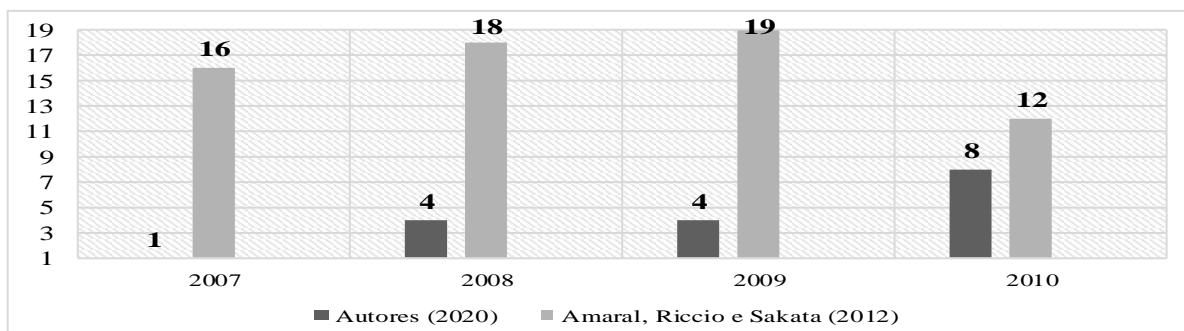
Em uma análise geral, observa-se que a quantidade de publicações não seguiu uma tendência de crescimento, e sim aumentos em alguns anos, sendo em 2008, 2010, 2012, 2015 e 2017; constituindo 4 publicações para 2008, 8 publicações para 2010, 9 publicações para o ano de 2012 e de 2015 e 13 publicações em 2017.

Tais aumentos em análise geral permitem demonstrar o interesse de pesquisadores em investigar principalmente o efeito da utilização ou não do conservadorismo contábil nos relatórios contábeis, no entanto este pensamento só poderá ser consolidado na segunda parte da análise dos resultados por meio de análise das discussões existentes nas produções de artigos científicos brasileiros.

- Comparação com Amaral, Riccio e Sakata (2012).

Amaral, Riccio e Sakata (2012) analisaram publicações internacionais compreendendo os anos de 1992 a 2010 referente à temática abordada. Logo, tal estudo permite realizar uma análise comparativa parcial compreenden

Figura 3. Análise comparativa do os anos de 2007 a 2010.



Para os periódicos internacionais, houve um crescimento na quantidade de publicações a partir dos anos 2000. Segundo Amaral, Riccio e Sakata (2012) as discussões começaram a ganhar força após o surgimento da noção de conservadorismo condicional. Já no Brasil, as discussões ganharam força devido ao processo de transição das normas de contabilidade nacionais para as internacionais.

Amaral, Riccio e Sakata (2012) destacaram que na atualidade ainda são concebidas produções científicas que promovem discussões sobre conservadorismo contábil, havendo uma acentuada tendência no debate do conservadorismo condicional, assim, destaca-se que os dizeres expostos foram evidenciados no Brasil anos após.

A quantidade de publicações em periódicos (68 artigos científicos) permitiu ao Brasil demonstrar grande representatividade quando comparado à produção internacional (111 artigos). Amaral, Riccio e Sakata (2012) utilizaram publicações internacionais de diversos países (Estados Unidos, Espanha, Inglaterra, Canadá, entre outros) extraídos da *Web of Science*.

- Frequência das Palavras-chave

Com relação às frequências das palavras-chave presentes nos artigos analisados foi possível identificar a relevância do termo “conservadorismo”, o qual é objeto central da discussão do presente artigo. Observa-se que as demais palavras com maiores frequências estão diretamente relacionadas ao referido princípio, o termo “contábil” por exemplo, faz parte da expressão “conservadorismo contábil” utilizada para diferenciar de outras abordagens que também se utilizam do termo conservadorismo.

“Qualidade” e “informação” também fazem referência a expressão “qualidade da informação contábil” cujo conservadorismo é visto e/ou discutido como uma característica qualitativa da informação contábil, que passou a ser mais discutida com a adoção do padrão “internacional” de contabilidade conhecido como padrão “IFRS”. Ressalta-se que o “índice” de conservadorismo também é utilizado em pesquisas nacionais e internacionais como métrica para a identificação de “gerenciamento” de resultados nas peças contábeis das “empresas”.

A Tabela 3 auxilia na verificação de quais abordagens os estudos seguem. Observa-se a utilização do modelo de Basu (1997) na maioria dos periódicos da amostra, assim como a aplicação de Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005).

Além disso, evidencia-se a utilização de outros modelos e *proxies* com o intuito de se estudar o conservadorismo. Com isso, é possível concluir que as pesquisas, em sua maioria, objetivaram testar modelos ligados à prática conservadora na informação contábil. Ainda, discorre-se que apenas 7 publicações não aplicaram testes por meio de modelos, sendo pesquisas que utilizaram a bibliometria e experimentos com estudantes e profissionais da ciência contábil.

- Base de dados

Tabela 4 – Bancos de dados utilizados

Autoria	Quantidade de artigos
<i>Software Economática</i>	33
Outros	8
Sistema do Banco Central e outras bases	4
<i>Software Economática</i> e formulários de referências e de informações anuais disponíveis no site da B3 e da CVM	4
<i>Software Economática</i> /Relatórios 20-F depositados na SEC	3
CVM e <i>software Economática</i>	3
Serasa S.A.	2
Aplicação de questionários	2
<i>Web of Science</i>	1
Base de dados Comdinheiro e formulários de referências e de informações anuais disponíveis no site da B3 e da CVM	1
Base de dados da Comdinheiro	1
Formulários 20-F publicados no site da NYSE	1
Base de dados I/B/E/S	1
	Continua
	Conclusão
<i>China Stock Markets Web</i>	1
Banco de dados Thomson	1
Banco de dados Thomson e formulários de referência da B3	1
Banco de dados disponibilizados pela FIPECAFI	1
Total	68

Complementando as informações da Tabela 3, a Tabela 4 auxilia na compreensão acerca das publicações da amostra e suas abordagens, ressaltando assim a utilização, por parte dos pesquisadores, de artigos que discutam a presença de conservadorismo, principalmente

em companhias abertas. Como consta na Tabela 4, a base de dados da Economatica possui destaque, evidenciando que a disponibilidade de dados auxilia na produção de novos artigos.

4.2 Segunda etapa: análise de discussões

Nesta segunda etapa é realizada uma análise do comportamento das discussões dos periódicos científicos brasileiros, no qual o período de coleta de dados do estudo foi segregado conforme as etapas do processo de implementação das normas internacionais de contabilidade, sendo elas a pré-adoção, adoção parcial e adoção obrigatória.

- Pré-adoção das normas internacionais de contabilidade

De acordo com Martins, Oliveira, Niyama e Diniz (2014) a primeira etapa do processo de implementação das normas internacionais de contabilidade no Brasil foi durante a aprovação da Lei nº 11.638/07. Conforme os resultados do período amostral, no ano de 2007, ano de aprovação da lei e início do período de análise do presente estudo, encontrou-se apenas uma publicação.

Referente a esta publicação, o objetivo foi avaliar a presença do conservadorismo nos resultados apresentados nas demonstrações contábeis publicadas no Brasil pelas companhias abertas no período de 1995 a 2004. Apesar da legislação brasileira até então ser enfática no estabelecimento do princípio da prudência ou convenção do conservadorismo, seus resultados evidenciaram que as empresas da amostra não praticaram o conservadorismo condicional.

Logo, constata-se que até o ano de 2007 não houve publicações em periódicos brasileiros qualificados abordando a temática conservadorismo e a convergência às normas internacionais de contabilidade. Além disso, deve-se levar em consideração que, apesar de haver discussões para implementação das normas internacionais em períodos bem antes do ano de aprovação da lei, esta foi aprovada em 28 de dezembro, fato que tende a influenciar na quantidade das publicações, pois, observa-se, conforme as observações da primeira etapa dos resultados e discussões, que as pesquisas na área são representadas em expressividade por meio de aplicação de modelos e outras análises de dados de empresas retirados de bases de dados, como exposto na Tabela 4.

- Adoção parcial das normas internacionais de contabilidade

O período de adoção parcial das normas internacionais de contabilidade compreende os anos de 2008 e 2009. Para esse período, foram analisadas oito publicações, sendo quatro

para cada ano. Observa-se que todas as publicações da amostra aplicaram modelos com o objetivo de analisar a presença de conservadorismo nas demonstrações contábeis. Além disso, já se observa a presença de pesquisas interessadas em encontrar evidências que contribuam para o debate sobre a inserção do Brasil no processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.

Dentre os objetivos dos estudos, o destaque é a investigação do nível de utilização do conservadorismo e a comparação de práticas conservadoras entre companhias abertas e fechadas. Os resultados, com destaque para a presente discussão, são: não há diferenças para o nível de utilização do conservadorismo entre companhias nacionais e internacionais e a confirmação da existência de assimetria de reconhecimento das notícias boas e das más notícias no mercado brasileiro. Contudo, cabe ressaltar que, apesar de haver discussões nesses anos, a linha de publicações referente ao processo de convergência às normas internacionais não apresentou nível de variações significativas.

- Adoção obrigatória das normas internacionais de contabilidade

A partir de 2010 as companhias abertas adotaram as normas internacionais de contabilidade em suas demonstrações contábeis de forma completa. A partir desta data, entende-se que a convergência às normas internacionais passou por um processo de consolidação (Martins *et al.*, 2014).

Ainda em 2010, terceiro maior ano de publicações da amostra, foram encontradas oito produções de artigos científicos brasileiros, sendo que não houveram abordagens relacionadas ao processo de convergência às normas internacionais. Do total de produções de artigos científicos brasileiros, sete aplicaram modelos para testar o conservadorismo, além disso, os períodos da amostra dessas pesquisas não ultrapassaram o ano de 2007 (ano de publicação da Lei nº 11.638). Logo, justifica-se a ausência de trabalhos envolvendo a convergência às normas internacionais.

Em 2011 houve a primeira publicação envolvendo de fato as normas internacionais de contabilidade, na qual foi analisado o efeito da Lei nº 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas na B3. Foram utilizados dados trimestrais das companhias, compreendendo o período de pré-aprovação da Lei e o período de adoção facultativa. Os resultados indicaram não haver efeito da Lei nº 11.638 no conservadorismo condicional das empresas pesquisadas.

De 2012 até 2018 o foco do impacto das normas internacionais atinge destaque nas produções de artigos científicos brasileiros. Em síntese, observam-se resultados que ora

concluem que as normas internacionais de contabilidade auxiliam na redução de conservadorismo, ora os resultados trazem insignificância, além disso, demais pesquisas evidenciaram maior nível de conservadorismo nas demonstrações contábeis em comparação a outros países que adotam as mesmas normas.

Com base nas análises das produções de artigos científicos brasileiros, é possível destacar que os resultados, em maioria, evidenciam que a adoção das normas internacionais de contabilidade não provocou efeitos no conservadorismo contábil.

Outros resultados sugerem que diferenças entre padrões contábeis não implicam diferentes práticas de conservadorismo, logo, esses trabalhos investigados dão evidências de que a qualidade da informação contábil não sofre influência por alterações nos padrões contábeis. Tais evidências estão alinhadas com os achados de Silva (2015), o qual defende que mesmo o Brasil adotando as normas internacionais de contabilidade, as características qualitativas da contabilidade sob a perspectiva do conservadorismo não sofreram alterações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a ampla discussão referente à temática conservadorismo contábil, e que o país passou por um processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o objetivo do presente estudo foi analisar as discussões de artigos dos periódicos científicos brasileiros referentes ao tema conservadorismo contábil no período de 2007 a 2018.

Para atingir o objetivo proposto, realizou-se uma revisão bibliográfica sistemática nos periódicos nacionais com classificação Qualis/CAPES, com complemento de análise bibliométrica, em que permitiu analisar uma amostra de 68 produções de artigos científicos brasileiros.

Com relação aos artigos científicos de periódicos brasileiros, os resultados permitem concluir que o conservadorismo contábil ainda é discutido e que o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade alavancou as discussões somente a partir do ano de 2011 quando ocorreu de fato a primeira publicação analisando os efeitos da Lei nº 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional nas empresas listadas na bolsa de valores.

Em adição, é válido ressaltar que a discussão do conservadorismo contábil e sua relação com as normas internacionais são recentes e que a tendência é o crescimento no nível de discussões, pois a análise permitiu evidenciar que as pesquisas de artigos científicos brasileiros em sua maioria são empíricas. Desta forma, justifica-se a necessidade de utilizar dados das companhias após a adoção obrigatória a partir de 2010.

Outro ponto a considerar são os achados das pesquisas até 2018, em que, ora evidenciam benefícios da utilização das normas internacionais na qualidade da informação contábil, ora evidenciam insignificância, fato este que vai de encontro com os objetivos das normas internacionais de contabilidade e a qualidade das informações contábeis, o que evidencia uma temática repleta de inquietações e ambiente oportuno para novas discussões. Com isso, é possível auferir que a temática em discussão não foi esquecida por pesquisadores da área contábil. Destaca-se ainda o ano de 2017, que apresentou maior número de publicações.

Assim, considera-se que a questão de pesquisa foi respondida, assim como o objetivo proposto alcançado, pois conseguiu-se analisar as discussões referentes ao conservadorismo contábil no Brasil a partir de uma revisão bibliográfica sistemática com complemento de análise bibliométrica em periódicos nacionais com classificação Qualis/CAPES.

Desse modo, conclui-se dando ênfase à necessidade de realização de novas pesquisas referentes à temática abordada, a fim de promover a compreensão a respeito do estágio do conservadorismo contábil no Brasil. Sugere-se ainda a análise de indicadores das publicações, objetivando investigar quais destas possuem maior representatividade e influência no que tange ao fomento de pesquisas nacionais.

REFERÊNCIAS

ALBACH, V. M; MEDEIROS, M. L. (2020). Utilização da Revisão Sistemática em Turismo: Panorama Internacional e Ibero-Americano dos Trabalhos Presentes no Scopus Redalyc. Publicatio **UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, 28. doi: 10.5212/PublicatioCi.Soc.v.28.2020.14492

AMARAL, J. V; RICCIO, E. L; SAKATA, M. C. G. (2012). Conservadorismo Contábil Ainda É Discutido? **Revista Universo Contábil**, 8(1809-3337), 70-85. doi:10.4270/ruc.2012105

BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, v. 39, n. 1, p. 83-128. doi:10.1016/j.jacceco.2004.04.001

BALL, R; KOTHARI, S; ROBIN, A. (2000). The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, n. 1, p. 1-51. doi:10.1016/S0165-4101(00)00012-4

BALL, R; ROBIN, A; SADKA, G. (2008). Is financial reporting shaped by equity markets or by debt markets? An international study of timeliness and conservatism. **Review of Accounting Studies**, v. 13, n. 2-3, p. 206-215. doi: 10.1007/s11142-008-9069-0

BASU, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings1. **Journal of Accounting and Economics**, 24(1), 3-37. doi:10.1016/s0165-4101(97)00014-1

CAMPOS, G. M; SARLO NETO, A; ALMEIDA, J. E. F. (2010). A influência da tributação no grau de conservadorismo das empresas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, 5, 39-51. doi: 10.21446/scg_ufrj.v5i2.13201

CASTRO, A. A. Revisão sistemática e meta-análise. **Compacta: temas de cardiologia**, v. 3, n. 1, p. 5-9, 2001.

COELHO, A. C. D. (2007). **Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil**. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.12.2007.tde-20082007-142442.

COELHO, A; LIMA, I. (2008). Conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil: comparação entre companhias de capital fechado e companhias de capital aberto. **Revista Universo Contábil**, 4(2), 22-41. doi:10.4270/ruc.20084.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL (CPC). (2008). CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL (CPC). (2011). CPC R1 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

FILIPIN, R; TEIXEIRA, S. A; BEZERRA, F. A; CUNHA, P. R. (2012). Análise do nível de conservadorismo condicional das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa após a adoção dos IFRS. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 4, n. 2, p. 24-36. doi:10.5380/rcc.v4i2.28041.

HENDRIKSEN, E. S; VAN BRED, M. **Teoria da contabilidade**. (5a ed.). São Paulo: Atlas. 2009.

HSIEH, C.-C; MA, Z; NOVOSELOV, K. E. (2018). **Accounting conservatism, business strategy, and ambiguity**. **Accounting, Organizations and Society**. doi:10.1016/j.aos.2018.08.001

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS. (2017). Who we are. Recuperado de www.ifrs.org/about-us/who-we-are/

LOBO, G. J; ROBIN, A. E. W. U, K. (2020). Recompra de ações e conservadorismo contábil. **Revisão de Quantitative Finance and Accounting**, v. 54, n. 2, p. 699-733.

LOURENÇO, I. M. E. C; BRANCO, M. E. M. A. D. C. (2015). Principais consequências da adoção das IFRS: análise da literatura existente e sugestões para investigação futura. **Revista Contabilidade & Finanças**, 26 (68), 126 - 139. doi:10.1590/1808-057x201500090

MARTINS, V. G; OLIVEIRA, A. S; NIYAMA, J. K; DINIZ, J. A. Níveis diferenciados de governança corporativa e a qualidade da informação contábil durante o processo de

convergência às normas internacionais de contabilidade. **ConTexto**, v. 14, n. 27, p. 23–42, 2014.

MELO, P. L. R. E; ANDREASSI, T. (2010). Publicação científica nacional e internacional sobre franchising: levantamento e análise do período 1998 - 2007. **Revista de Administração Contemporânea**, 14(2), 268-288. doi: 10.1590/S1415-65552010000200006

NASCIMENTO, S; PEREIRA, A. M; TOLEDO FILHO, J. R. Produção científica em periódicos de contabilidade relacionada ao mercado de capitais. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 13, n. 1, p. 32 – 43, 2010.

PAULO, E; ANTUNES, M. T. P; FORMIGONI, H. (2008). Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, 48(3), 46-60. doi: 10.1590/S0034-75902008000300005

SANTIAGO, J. S; CAVALCANTE, P. R. N; PAULO, E. (2015). Análise da persistência e conservadorismo no processo de convergência internacional nas empresas de capital aberto do setor de construção no Brasil. **Revista Universo Contábil**, 11 (2), 174 - 195. doi:10.4270/RUC.2015217

SANTOS, L; LIMA, G; FREITAS, S; LIMA, I. (2011). Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, 22(56), 174-188. doi: 10.1590/S1519-70772011000200004

SERRA, F; FERREIRA, M.; GUERRAZZI, L; SCACIOTTA, V. (2018). Doing Bibliometric Reviews for the Iberoamerican Journal of Strategic Management. **Iberoamerican Journal Of Strategic Management (IJSM)**, 17(3), 01-16. doi:10.5585/riac.v17i3.2713

SHIN, W; HONG, S. (2020). A Study on Accounting Conservatism of Korean Lodging Companies, **Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism**, doi: 10.1080/1528008X.2020.1712307

SILVA JUNIOR, L. A; LEÃO, M. B. C. (2018). O software Atlas. ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras. **Ciência & Educação (Bauru)**, 24(3), 715-728. doi:10.1590/1516-731320180030011

SILVA, A. R. P. (2015). **Conservadorismo e herança institucional de financiamento das companhias abertas do Brasil**. Tese de Doutorado em Ciências Contábeis—Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. doi: 10.26512/2015.12.T.20442

SOUSA, E; SOUSA, A. F; DEMONIER, G. B. (2016). Adoção das IFRS no Brasil: Efeitos no Conservadorismo Contábil. **Revista de Educação E Pesquisa Em Contabilidade**, 10(2), 136–147. doi:10.17524/repec.v. 0, i2.1290

WATTS, R. L. Conservatism in accounting part I: Explanations and implications. **Accounting horizons**, v. 17, n. 3, p. 207-221, 2003.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

GONÇALVES, T. J. C; SILVA, A. R. P; PINHO, C. M. D; JANUÁRIO, A. H. A. No Brasil, Conservadorismo Contábil Ainda é Discutido?. **Rev. FSA**, Teresina, v.17, n. 7, art. 5, p. 89-113, jul. 2020.

Contribuição dos Autores	T. J. C. Gonçalves	A. R. P. Silva	C. M. D. Pinho	A. H. A. Januário
1) concepção e planejamento.	X	X		
2) análise e interpretação dos dados.	X	X		
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X	X
X4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X	X